CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0556/79

INTERESSADO: RODRIGO PETITO ANTÔNIO

ASSUNTO : Matrícula sem idade legal em Escola de 1º Grau

RELATOR : Cons. João Baptista Salles da Silva

PARECER CEE Nº 1088/79 - CPG - APROVADO EM 12/09/79

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 - Em 12/12/78, a progenitora de Rodrigo Petito Antônio, em requerimento encaminhado à Presidência do Conselho Estadual de Educação, solicitou autorização para matricular seu filho na 2ª série do 1º grau, pois o aluno fora matriculado na 1ª série do Instituto "Vedruna", de Campinas, sem a idade mínima legal.

1.2 - A 1ª Delegacia de Ensino de Campinas, em 11/12/78, incumbiu Supervisor de Ensino de examinar, relatar e opinar sobre o caso, tendo o protocolado baixado em diligência a ser cumprida pela Escola (15/12/78).

1.3 - A Orientadora Educacional do Instituto "Vedruna" informou o seguinte:

" Conforme se pode observar pelas fichas de avaliação bimestrais, pelo parecer da professora da série e pela análise do material desenvolvido durante o ano, o aluno encontra-se apto para cursar a 2ª série".

1.4 - Às fls. 06 do protocolado, a Professora de Rodrigo Petito Antônio faz apreciação referente ao aproveitamento do aluno, em 1978, nas várias disciplinas (ciências, comunicação e expressão, estudos sociais) concluindo que "O aluno tem capacidade para prosseguir na 1ª série. Nada há a se opor que o referido aluno seja matriculado na 2ª série, em 1979".

1.5 - Das fls. 07 consta Atestado da Orientadora Educacional declarando que o aluno "...apresenta condições psicológicas, emocionais, psicomotoras que o capacitam para cursar a 2ª série do 1º grau".

1.6 - Às fls. 08, encontra-se a "Ficha de Observação e Avaliação do Aluno".

1.7 - Às fls. 12 acha-se a certidão de nascimento menor ~~que~~ nasceu em 04/01/72.

1.8 - O Sr. Supervisor de Ensino da 1ª DE de Campinas,

analisou as informações e concluiu que: "O expediente em tela é de competência do colendo Conselho Estadual de Educação para o qual solicitamos com urgência seu encaminhamento, em virtude do prazo pré-estabelecido". O Sr. Delegado de Ensino acolheu o parecer e o encaminhou à DRE de Campinas em 22/12/78.

1.9 - Em 12/01/79, o Sr. Assistente da DRE-C devolve o protocolado à 1ª DE com o seguinte despacho: "Ao Senhor Delegado de Ensino para, por gentileza, em expediente à parte, encaminhar a solicitação diretamente ao CEE conforme diz a Deliberação CEE nº 22/77...".

1.10 - Em 26 de janeiro de 1979, o protocolado é deferido à Escola para maiores explicações da direção do estabelecimento.

1.11 - A direção do Instituto "Vedruna", em 12/02/79, cumprindo determinação do Sr. Delegado de Ensino de Campinas, informa o seguinte: "Notificamos que, por conhecer tardiamente a Deliberação CEE nº 22/77, o processo tramitou dessa Delegacia para a divisão Regional de Ensino e foi restituído a essa Delegacia, com despacho para ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação. Desejamos esclarecer que o referido expediente não foi encaminhado diretamente da Escola ao Conselho Estadual de Educação por entendermos que expedientes dessa natureza tivessem que transitar pelos canais competentes, uma vez que o Instituto "Vedruna" encontra-se jurisdicionado a essa Delegacia de Ensino".

1.12 - Em 14/02/79, a DE encaminhou a informação mencionada em 1.11 à DRE-C.

1.15 - Em 12/03/79 o protocolado é deferido à CEI que, em 27 do mesmo mês, remete o expediente ao Conselho Estadual de Educação através do Gabinete do Sr. Secretário de Educação.

2. APRECIÇÃO:

2.1 - O presente protocolado refere-se à regularização da vida escolar de aluno cuja matrícula, na 1ª série do ensino de 1º grau, foi efetuada em 1978 sem que o menor tivesse a idade mínima legal.

2.2 - O estabelecimento de ensino que acolheu a matrícula - Instituto "Vedruna", de Campinas - alega desconhecer os termos da Deliberação CEE nº 22/77, razão pela qual deixou de encaminhar a este Conselho, em tempo hábil, o pedido de autorização.

2.3 - Consoante os termos da referida Deliberação e considerando inúmeros pareceres aprovados pelo Pleno sobre casos similares, considera-se nula a matrícula do aluno Rodrigo Petito Antônio.

2.4 - Considerando, no entanto, o princípio do aproveitamento de estudos, deve a Secretaria de Estado da Educação, através dos órgãos competentes, proceder à avaliação da escolaridade do aluno. Comprovando-se que o menor pode continuar cursando a 2ª série, fica autorizada sua matrícula nessa série. Caso não evidencie possuir as condições requeridas, deverá retornar à 1ª série, computando-se, para efeito de freqüência, a obtida na 2ª série.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de:

a) declarar nula a matrícula de Rodrigo Petito Antônio, na 1ª série do ensino de 1º grau, realizada em 1978 no Instituto "Vedruna", de Campinas, que descumpriu as disposições da Deliberação CEE n° 22/77;

b) a Secretaria de Estado da Educação fica autorizada a proceder à avaliação da escolaridade do aluno, em nível de 1ª série;

c) caso se evidencie que o menor possui as condições necessárias (cognitivas) para prosseguir estudos na 2ª série, autoriza-se o prosseguimento de seus estudos nessa série, ficando convalidada, em caráter excepcional, sua matrícula na 2ª série, em 1979;

d) os resultados do processo de avaliação deverão ser encaminhados a este Conselho, bem como a informação quanto à série em que foi autorizada sua matrícula;

e) advirta-se o Instituto "Vedruna" de Campinas, pela irregularidade cometida.

São Paulo, 02 de julho de 1979

a) Cons. João Baptista Salles da Silva
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Constâncio Nogara, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Oswaldo Sangiorgi e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 06/07/79

a) Cons. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de setembro de 1979

a) Cons^a MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente